b) Para trigos atacados pelo gorgulho adulto ou com bagos bastante atacados:

De 10 a 12 por cento \$05 e por cada dois bagos mais \$05 até ao limite total de 20 por cento.

Ministério da Agricultura, 4 de Dezembro de 1933.—
O Ministro da Agricultura, *Leovigildo Queimado Franco de Sousa*.

Decreto-lei n.º 23:297

Determina o artigo 3.º do decreto-lei n.º 22:872, de 24 de Julho do corrente ano, que todos os produtores de trigos manifestem a totalidade das suas colheitas até 30 de Setembro de cada ano, com a indicação das quantidades disponíveis para venda.

Coexistindo o referido manifesto e o estatístico resultou desta circunstância muitos pequenos produtores deixarem de manifestar até aquela data as suas disponibilidades para venda.

Proibido o mercado livre, torna-se necessário facilitar a colocação desses trigos dentro dos preceitos legais, pelo que:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É prorrogado até 31 de Dezembro do corrente ano o prazo estabelecido no artigo 3.º do decreto-lei n.º 22:872, de 24 de Julho último, para manifesto de trigos.

Art. 2.º Os trigos manifestados por virtude deste decreto serão endossados à Federação Nacional dos Produtores de Trigo por intermédio das suas delegações, que farão a sua liquidação nos termos da legislação em vigor e ao preço inicial da tabela.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 4 de Dezembro de 1933.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Antonino Raúl da Mata Go-*

mes Pereira — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Luiz Alberto de Oliveira* — *Anibal de Mesquita Guimarães* — *José Caeiro da Mata* — *Duarte Pacheco* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Alexandre Alberto de Sousa Pinto* — *Sebastião Garcia Ramires* — *Leovigildo Queimado Franco de Sousa*.

Decreto-lei n.º 23:298

Considerando que a produção frumentária no distrito da Horta não é suficiente para o normal abastecimento do seu consumo;

Atendendo ainda que é de urgente necessidade regularizar o seu abastecimento de modo a que não se faça sentir qualquer deficiência no consumo deste distrito;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o Ministro da Agricultura a permitir a importação no corrente ano cerealífero do trigo exótico que se torne necessário para a boa regularização do abastecimento do distrito da Horta, até à totalidade de 1:000 toneladas.

§ único. É desde já autorizada a importação de 300 toneladas, incluídas no quantitativo estabelecido neste artigo.

Art. 2.º O direito a cobrar pelo trigo a importar ao abrigo deste decreto será de \$80 por quilograma.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 4 de Dezembro de 1933.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Antonino Raúl da Mata Gomes Pereira* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Luiz Alberto de Oliveira* — *Anibal de Mesquita Guimarães* — *José Caeiro da Mata* — *Duarte Pacheco* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Alexandre Alberto de Sousa Pinto* — *Sebastião Garcia Ramires* — *Leovigildo Queimado Franco de Sousa*.